

MÁTRIA

XXI

7

REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
PROF. DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

2018

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

Mátria XXI

- n.º 7 -



Santarém • Maio 2018

FICHA TÉCNICA

Título

Mátria XXI – n.º 7, Revista do Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Edição

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Director

Martinho Vicente Rodrigues

Conselho de Redacção:

Joaquim Veríssimo Serrão,
Adriana Veríssimo Serrão,
Vitor Serrão,
Maria de Fátima Reis,
Agonia Pereira,
Jorge Manrique Martínez,
Pedro Sequeira,
Rui Neto e Matos,
Florinda Matos,
Ana Cristina Raimundo,
Adriano Cordeiro,
Artur Rodrigues.

Secretária

Manuela Bento Fialho

Conselho Editorial

Agonia Pereira,
Adriana Veríssimo Serrão,
Aires-Barros,
Alberto González Rodríguez,
Ana Cristina Raimundo,
Ana Leal Faria,
Ana Maria Carabias Torres,
António José Gonçalves de Freitas,
António Pedro Vicente,
Aurélio Fernando Rosa Lopes,
Avelino de Freitas de Meneses,
Bernardo Vasconcelos e Sousa,
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira,
Carlos-Antero Ferreira,
Carolyn Elizabeth Leslie,
César Augusto Rodrigues Garcia,
Elena Perulero Pardo-Balmonte,
Maria de Fátima Reis,
Florinda Matos,
Francisco José Portela Sandoval,
Francisco Ribeiro da Silva,
Gabriela Ferreira Gândara Terenas,
George Félix Cabral de Souza,
Gerhard Otto Doderer,

Isabel Ferreira da Mota,
João Luís Cardoso,
Jorge Silva Lopes,
José Manuel Garcia,
José Sanchez-Arcilla Bernal,
Josefina Maria Cristina Torales Pacheco,
Juan Carlos Monterde García,
Júlia Montenegro,
Laurinda Faria dos Santos Abreu,
Luís Filipe Monteiro Vieira de Castro,
Luísa D'Arienzo,
Magdalena Rodríguez Gil,
Manuel Lobo Cabrera,
Margarida Garcez da Silva Ventura,
Maria Alegria Fernandes Marques,
Maria da Conceição Vaz Cabrita,
Maria Irene Aparício,
Maria José Azevedo Santos,
Maria Teresa Nobre Veloso,
Nicolás Sánchez-Albornoz Aboín,
Pedro Jorge Richheimer Sequeira,
Remédios Moran Martin,
Rui Neto e Matos,
Rui Nunes Correia,
Vitor Serrão.

Coordenadora Editorial e

Edição Gráfica:

Vanda Marisa Marques

Direcção Administrativa e Comercial

Mónica Estrela

Contactos

Centro de Investigação Prof. Doutor
Joaquim Veríssimo Serrão
Casa de Portugal e de Camões
Rua Capitão Romeu Neves, r/Dtº.
2005 - 157 Santarém - Portugal
Telefone: 243 359 160
Fax: 243 359 189

<http://cijvs.cm-santarem.pt>

<http://cijvs.blogspot.pt>

E-mail:

cijvs@cm-santarem.pt

Direcção:

martinho.rodrigues@cm-santarem.pt

Depósito Legal

344744/12

ISSN 2183-1467

ÍNDICE

	Págs.
<i>Editorial</i>	
Prof. Doutor Martinho Vicente Rodrigues	9
<i>“Tua paixão e a vocação de ensinar. Eu com igualdade” Joaquím Veríssimo Serrão y José Manuel Pérez-Prendes</i>	
Prof. Doutora Remédios Morán Martín	13
<i>Património Cultural – Um Desafio Necessário</i>	
Prof. Doutor Guilherme d’Oliveira Martins	33
<i>A colónia de Scallabis como centro viário de primeira importância</i>	
Prof. Doutor Vasco Mantas	39
<i>S. Pedro do Castro – lugar memorável!</i>	
Prof. Doutor José d’ Encarnação	75
<i>Leitura da Bíblia no Tempo de S. Francisco de Assis</i>	
Prof. Doutor Frei Herculano Alves, OFMCap	103
<i>Xograres do Mar de Vigo nos séculos XII-XIV</i>	
Prof. Doutor Carlos Barros	147
<i>Os Mesteres e os oficiais da aposentadoria na vila de Santarém no séc. XV</i>	
Prof. Doutora Manuela Mendonça	183

<i>Redes familiares na confluência borgonhesa de Trastâmara e Avis</i>	
Coronel, Mestrando Carlos Paiva Neves	255
<i>Fernão Mendes Pinto: um cavaleiro entre Pondá e Palença</i>	
Prof. Doutor José Manuel Garcia	287
<i>O Hospital Real de Todos-os-Santos e o terramoto de 1755</i>	
Mestre, Dr. António Pacheco	307
<i>Sob o Jugo dos 'tiranos': o concelho de Alcanede no contexto da 3ª Invasão Francesa (1810-1811)</i>	
Prof. Doutor Carlos Guardado	335
<i>Zorrilla revisitado em Pessoa, à contrafeita?</i>	
Prof. Doutor Jorge Manrique	363
<i>José Liberato Paladino de Gomes Freire</i>	
Prof. Doutor Daniel Estudante Protásio	391
<i>A evolução do conceito de Natureza na Filosofia Ambiental Ibérica: de Antero a Unamuno</i>	
Prof. Doutor António Queirós	405
<i>História, Ensino e Investigação: do Curso Superior de Letras à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa</i>	
Mestre, Dr. Tiago Pinto	431
<i>A aplicação da Lei da Separação de 1911, em Almoester: inventário e alienação patrimonial</i>	
Prof. Doutora Fátima Reis.....	457
<i>A temática da História da leitura na Revista de História entre 1912 e 1918: meandros de uma problemática complexa</i>	
Prof. Doutor Nuno Bessa Moreira	479
<i>Tuberculose: antes e depois de Röentgen. Entre metáforas e a objectividade mecânica</i>	
Doutoranda Carla Solano	509

<i>Entre luz e trevas: a importância da noite na Bíblia</i>	
Mestrando, Carlos Pereira	525
<i>A Problemática da Memória na cultura contemporânea: uma síntese histórica</i>	
Doutorando José Raimundo Noras	555

Prêmios de Investigação 2017

<i>Francisco Sanches e o Problema do conhecimento na Renascença</i>	
Prof. Doutor Nuno Carlos Venturinha.....	581
<i>Testemunhos históricos sobre a evolução da linha de costa em Portugal</i>	
Doutoranda Ana Cláudia Oliveira Silveira.....	603

S. Pedro do Castro – lugar memorável!

José d'Encarnação¹

Resumo

Reexamina-se o *corpus* das inscrições reutilizadas na construção da capela de S. Pedro do Castro (Ferreira do Zêzere).

Publicadas à medida que foram sendo descobertas, por virtude das obras que no templo se efectuaram, não tinham ainda sido objecto de uma revisão de conjunto na sua totalidade, panorâmica que permitiu salientar o elevado contributo destas epígrafes, aparentemente modestas, para o conhecimento da comunidade romana que ali permaneceu durante todo o Alto Império.

Palavras-chave: S. Pedro do Castro, *conventus Scallabitanus*, aculturação onomástica.

¹ Professor catedrático em História e Arqueologia, pela Universidade de Coimbra, desde 1991. Aposentou-se em Julho de 2007. A sua especialidade é a epigrafia romana, de que foi docente e sobre que publicou um manual, hoje em 5ª edição, tendo sido também esse o tema da sua licenciatura (*Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975) e do doutoramento (*Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984). Académico de mérito da Academia Portuguesa da História, académico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras), membro do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. Não reconhece as regras do Acordo Ortográfico vigente. E-mail: jde@fl.uc.pt.

Abstract

All the Roman inscriptions till now found in the very ancient chapel of S. Pedro do Castro, in the Portuguese *concelho* of Ferreira do Zêzere, are revised in this paper.

This revision gave us the possibility to have a fine analysis of the Roman people that, through all the High Empire, lived here: their onomastic integration and, for example, the relevant part played by the women in this society.

Key-words: S. Pedro do Castro, *conventus Scallabitanus*, onomastic acculturation.

Introdução

Na habitual partilha das suas andanças pelo País, a revisitar paisagens e, de modo especial, o património arquitectónico e pictórico, o Doutor Vítor Serrão incluiu, na sua página do *Facebook*, a 30 de Março de 2018, fotografias da Capela de São Pedro do Castro, sita na freguesia e concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, com esta informação, em jeito de legenda (Fig. 1):

«Ermita gótica de São Pedro de Castro, num morro dominando o vale do Zêzere, templo construído sobre estruturas romanas e paleocristãs, com forte sentido hierofânico. Na fachada, uma inscrição romana (existem outras)».

E perguntava-nos, em correspondência particular, se lêramos este seu *post*.



Fig. 1 - Capela de S. Pedro do Castro. Fotografia do Prof. Doutor Vítor Serrão.

Ele, historiador de Arte que se preza, em busca de pinturas; nós, como os historiadores da Antiguidade e arqueólogos, sempre em busca de inscrições romanas... seremos, nesse âmbito, pesquisadores insaciáveis. E aceitámos o desafio de olhar de novo para o que se publicara acerca desse sítio, tanto mais que, no primeiro impulso que se tem que é o de ir ao *Roman Portugal*, de J. de Alarcão, encontrámos o seguinte:

«Na capela de S. Pedro, duas inscrições funerárias, CIL II 335 e 336. Segundo informação de Rui Manuel Figueiredo Nobre, há na mesma capela uma terceira inscrição funerária de leitura extremamente difícil» (1988, p. 104 do II-2, referência 3/240).

Estava lançado o repto, tanto mais que, sendo imóvel de interesse público (Dec. Nº 30762, DG 225 de 26 de Setembro de 1940), a capela teria sido edificada «sobre um antigo castro romano» e já havia menção da sua relevância na local publicada, a 18 de Junho de 1733, na *Gazeta de Lisboa Occidental*, nestes termos, que foram transcritos n' *O Archeologo Portuguez* (5, 1900, pp. 85-86):

«[...] se descobrirão em hum áspero outeiro, q por todas as partes parece despenharse sobre o Rio Zêzere, indícios de ter havido alli hum Castello no tempo dos Romanos, que os Godos, ou

os Mouros demolirão: e se reconhecem ainda muytas bases, e chapiteis de colunas e pedras notáveis de cantaria lavrada, de mais de 10 palmos de cumprimento, além de outras de que se fabricou huma ermida dedicada a S. Pedro, a que a tradiçãõ conserva o nome de Castro»².

Dá-se, de seguida, a leitura do epitáfio de *Antonia Maxuma*.

Dispusemo-nos, por conseguinte, a fazer o balanço do que se sabia acerca das epígrafes que, inclusive pelo facto de terem sido reutilizadas na edificação da capela, se revestiam, na verdade, de um alcance histórico muito especial, a confirmar a sedução que mera observação aérea da sua implantação naturalmente desperta: hoje, que estamos habituados já a ver belezas nas mais variadas partes do mundo; ontem, em tempo de Romanos, onde do local naturalmente se desprenderia um génio deveras envolvente. E não será, aliás, por acaso, que toda essa zona continue a ser, na actualidade, procurada para retiros espirituais e sessões místicas de maior encontro do Homem consigo mesmo...³

1 - O epitáfio de *Antónia* (CIL II 335 – Fig. 2)

A inscrição mais conhecida, inclusive por ter sido a primeira a ser noticiada, uma vez que, felizmente, foi incrustada na fachada da capela, por cima do portal e ao lado da fresta (Fig. 3). De calcário, a exposição às intempéries tem vindo a desgastar o letreiro, que é o epitáfio de *Antónia Máxima*, mandado lavrar por sua mãe, *Antónia Modesta*, e pelo marido, *Lúcio Avílio Céler*, em virtude de uma disposição testamentária:

² Foi esta informação transcrita na revista *Conimbriga*, 2-3, 1960-1961, p. 328-329, por iniciativa de Esmeralda Augusta Pereira, que se preocupou em referir as «notícias arqueológicas» colhidas na *Gazeta de Lisboa*.

³ Vide, a título de exemplo, www.lugardaharmonia.com [consultado às 17.08 h de 21-02-2018].

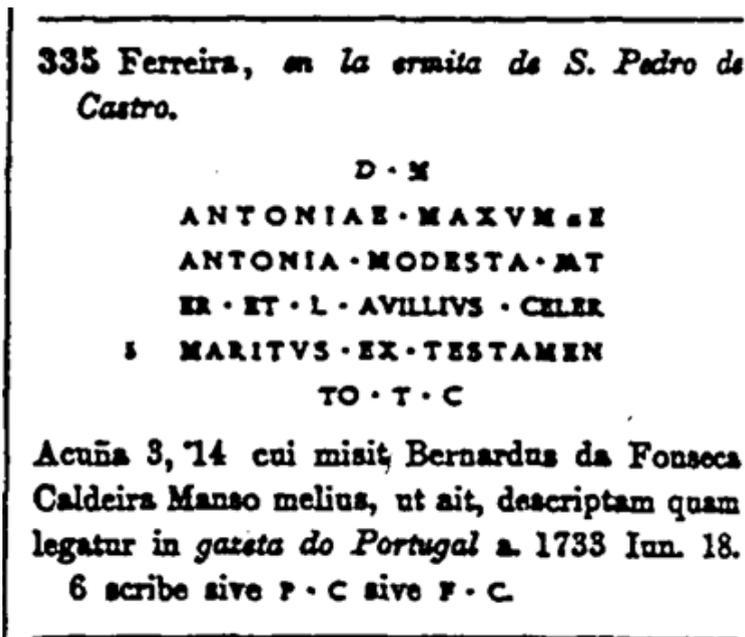


Fig. 2 - CIL II 335.

D(is) M(anibus) / ANTONIAE · MAXVMAE / ANTONIA · MODESTA · MAT/ER · ET · L(ucius) AVILLIVS · CELER / ⁵ MARITVS · EX TESTAMEN/TO · F(aciendum) C(uraverunt).

Salientaríamos aspectos a que, por exemplo, Luís Fernandes (1997, 38-41) já aludiu, mas que valerá a pena reforçar.

1) Mãe e filha detêm o mesmo gentílico, o que não é normal e constitui indício de que a mãe poderá ter sido ‘adoptada’, digamos assim, pela família dos *Antonii*, que decidiram dar-lhe o seu nome, a juntar ao que poderia ser o seu nome corrente, *Maxuma*, que somos tentados a considerar de significado concreto: era alta!



Fig. 3 - Placa na fachada da capela. Fotografia de Maria Amélia Casanova.

Tem sido, aliás, opinião comum entre os epigrafistas peninsulares que, numa segunda fase da aculturação, começaram a dar-se aos indígenas nomes latinos com essa significação real; por isso, *Maximus* ou *Maxumus* são tão frequentes na epigrafia da Lusitânia, tanto no masculino como no feminino. O mesmo poderá dizer-se de *Modesta* (e seu diminutivo *Modestinus*, igualmente no feminino e no masculino); o *Atlas Antroponímico* da Lusitânia registava já para cima de meia centena de testemunhos (pp. 240-242 e mapas 207 e 208).

Sinal, portanto, de ligação entre uma comunidade exógena – a dos *Antonii* – e o estrato populacional autóctone, com que intimamente se relaciona. E não será despiciendo recordar que se identificou, em Vila Franca de Xira, o altar funerário de *Marcus Antonius Lupus* (CIL II 327 – Fig. 4), cidadão olisiponense cuja família fez questão em frisar bem a sua naturalidade, o que denota orgulho e prestígio. Será ousadia relacioná-lo com as duas *Antoniae* de Ferreira do Zêzere; mas não podemos deixar de o anotar como possibilidade.



Fig. 4 - Altar funerário de um Antonius olisiponense. Fotografia do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

2) Atenção particular merece o *nomen* do marido, *Avillius*, pela sua escassa ocorrência na Hispânia, onde não chegam à dezena os testemunhos, sem que se consiga, também por isso, ter uma ideia de qual o seu estatuto social dominante. Poderá aduzir-se que houve, em Écija, um *L(ucius) Avillius Eutyches Patriciensis* (HEpOL nº 25192); *C(aius) Avillius C(aii) f(ilius)*, de Écija, por estar inscrito na tribo *Sergia*, é cidadão e terá vivido mesmo nos primórdios da vinda dos Romanos (HEpOL nº 931); *M(arcus) Villius Philargurius* é identificado como liberto, em La Aldea del Obispo, Cáceres (HEpOL nº 20 449); há notícia, em Tarragona, de *C(aius) Valerius Avillius, veteranus legionis VII Geminae Felicis*, inscrito (como não é raro entre os militares) na tribo *Voltinia* e cuja naturalidade indicada é a cidade de *Nemausus* (Nîmes). Na RE (Band II, 2, 1896, s. v. «Avillius»), apenas mereceu destaque *L. Avillius Flaccus*, prefeito do Egipto desde o ano 32 a 37. Não parece que possa identificar-se, entre os quase 400 testemunhos referidos em EDCS, um núcleo significativo de epígrafes com este *nomen*; contudo, cremos não ser despropositado considerá-lo próprio de família oriunda da Península Itálica ou do Norte de África, e Luís Fernandes, que investigou a dispersão do nome (p. 40-41), aponta a hipótese de *Celer* estar «relacionado com a indústria mineira, certamente florescente no território banhado pelo rio Zêzere», como assinalara antes (p. 38).

O que atrás se disse acerca do estatuto social de mãe e filha – identificadas sob a tutela dos *Antonii* – justifica a ausência da menção do pai no epitáfio. Os dedicantes são a mãe e o marido, os que depois (anote-se) poderiam vir a ser sepultados no mesmo sepulcro. Nesse âmbito deve entender-se igualmente o cuidado havido em referir-se que a sepultura resultou de uma disposição testamentária.

3) A importância desta inscrição, conhecida, como vimos, desde a 1ª metade do século XVIII,⁴ aduzir-se-á também pelo facto de, em HEp 9 2003 733, se dar conta – citando o trabalho de Helena Gimeno e Armín Stylow (1999, 92-93, nº 5, AE 1999 862) – de que existe no Museu Arqueológico Nacional, em Madrid, uma urna cuja inscrição constitui «una versión viciada de la inscripción CIL II 335», uma vez que aí se consigna que um tal L(*icinius?*) *Aurentius* teria mandado lavrar *ex testamento* o epitáfio de *Antonia Maxuma* e de *Antonia Modesta*, respectivamente na sua condição de *gener et maritus* (Fig. 5 e 6).



Fig. 6 - A inscrição da urna.

Fig. 5 - Urna cinerária do Museo Nacional de Madrid. Fotografia de Gerardo Kurtz. Centro CIL II (Alcalá de Henares).



⁴ Hübner dá como fonte Acuña, que foi o nome por que se identificou José António da Cunha no manuscrito, em castelhano, que remeteu, em 1755, à Real Academia de la Historia, de Madrid, intitulado *Lithología Lusitana, ó memorias de las inscripciones y de otros monumentos, los cuales dan noticia de muchas antigüedades que acaecieron antes de las conquistas del mismo reyno sobre los árabes*.

Alicia Canto aproveita o ensejo para, em comentário, esclarecer alguns pontos e aprovar a leitura dada por Luís Fernandes. As semelhanças são, na realidade, flagrantes, como Johannes Bauer (art. cit., nota 32) assinalara. Na epígrafe não se lia distintamente *Avillius*: optou-se por *Aurentius*; *Celer* foi lido como *gener* (genro) e, por esse motivo, a fim de fazer sentido, em vez de uma só defunta, indicaram-se duas e ficaram reduzidos a um os dois dedicantes!...

Creemos, todavia, que importa – a este propósito – realçar um outro aspecto, que tem a ver com a transmissão de conhecimentos e, de modo especial, quais os conhecimentos que se transmitem. Esta urna do Museu Arqueológico Nacional, de Madrid, pertenceu, como outras, ao espólio da fragata inglesa *Westmorland*, apresada na zona de Málaga, em 1779, que de Itália seguia para Inglaterra (Gimeno – Stylow, 1999, p. 92). E o que não deixa de ser interessante é verificar que – sendo válida, como se conclui, a hipótese defendida por Helena Gimeno e Armín Stylow – a atrás referida informação veiculada por José António da Cunha, poucos anos antes, em 1755, para a Real Academia de la Historia, de Madrid, rapidamente se tenha difundido, o que mostra o real interesse que estas antiguidades detinham.

2 - O epitáfio do menino Clemente e de seu pai (CIL II 336 – Fig. 7)

O segundo monumento epigráfico conhecido, também ele enviado para José António da Cunha por Bernardo da Fonseca Caldeia Manso, «sirve de almario para el ministério das galletas». Mantivemos o presente na forma verbal, porque, na verdade, embora caiada, a epígrafe está no interior da capela, na parede sul, mantendo a sua função como «suporte do nicho das galhetas» (Fernandes 1997, p. 42).

A leitura não oferece dúvidas:

CLEMENS · OPT/ATI · F(*ilius*) · AN(*norum*) · II (*duorum*) ·
OPT/ATVS · TVRPION/IS · F(*ilius*) · H(*ic*) · S(*iti*) · SVNT ·

«Aqui jazem Clemente, filho de Optado, de dois anos, Optado,
filho de Turpião».

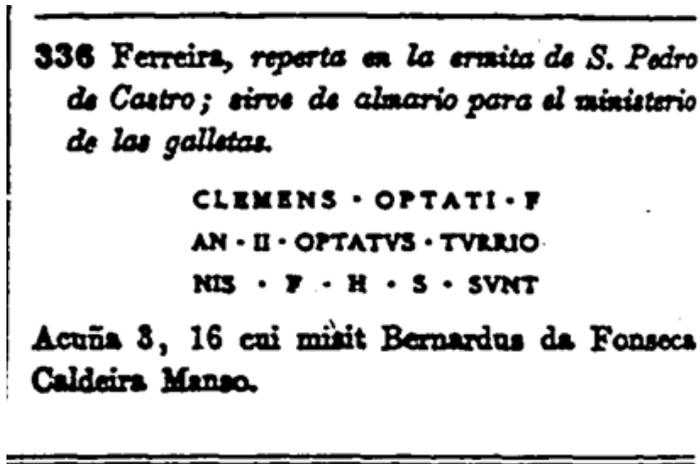


Fig. 7 - CIL II 336.

Toda a onomástica é latina, usada, todavia, à maneira indígena, o que denota o que poderia chamar-se, por essa característica, a segunda fase da aculturação onomástica, uma vez que somos levados a pensar que esses nomes foram dados consoante o ambiente familiar então vivido. Assim, se é óbvio o significado de 'clemente', já *Optatus*, «agradável», foi por Kajanto (1965, 77) considerado um dos nomes mais populares, amiúde dado a escravos, justamente devido a essa conotação simpática («140 testemunhos para um total de 831», informa Kajanto). Foi nome deveras comum (Kajanto, p. 296). Mais curioso é *Turpio*, derivado de *turpis*, «torpe», «feio», «disforme», quiçá por isso dado a *Lucius Ambivius Turpio*, histrião do tempo do escritor Terêncio (século II a. C.). Na Lusitânia temos mais dois testemunhos: o pai de um *Cossillus*, em Alconétar, e

um *C. Iulius*, no Redondo (*Atlas...*, p. 328);⁵ no quadro peninsular, haverá pouco mais de uma dezena de pessoas a que este *cognomen* foi dado.

O mui precoce falecimento do menino – com apenas dois anos de idade – determinou a estrutura do epitáfio, em que vem a menção do pai, *Optatus*, que foi seguramente quem singelamente mandou gravar a epígrafe, e, para o identificar, a sua filiação: o avô do menino chamou-se *Turpio*.

Há, todavia, um pormenor que não é de somenos e que, por não ter sido equacionado, terá levado os editores de HEpOL N.º 21 389 a verem no F – que, aproveite-se o ensejo para o dizer, assume uma forma quase cursiva – a sigla de F(*rater*), dando a entender que se tinha o epitáfio de dois irmãos. Não. É do pai e o do filho. Como assim? É que a intenção do pai está claramente expressa ao mandar gravar por extenso a palavra *sunt*, para acentuar que são dois os que ali repousam: o filho e ele, que ~~tem~~ assim manifesta o desejo de no mesmo sepulcro vir a ser sepultado.

Chegados aqui, cumpre fazer uma pausa e sentir como, deste modo tão singelo, se expressa eloquentemente toda a dor de um pai forçado a dar sepultura ao filho de tão tenra idade. Com ele, já que longamente não pôde partilhar esta vida, quer passar a eternidade!...

⁵ Assinale-se que este testemunho de Ferreira do Zêzere não foi incluído no referido *Atlas* – e, consequentemente, também terá escapado aos editores de HEpOL, porque Hübner leu *Turrio*. De facto, como mostra a fotografia apresentada por Luís Fernandes, o esboroadado da superfície poderia levar a essa confusão, que o próprio Luís Fernandes desfez. No comentário à epígrafe do Redondo, há mais informações acerca dos testemunhos deste *cognomen*.

3. O epitáfio de Átio (?)

A terceira epígrafe conhecida foi a que Rui Nobre identificou num dos barracões anexos à capela e cuja existência referiu a J. Alarcão. Estudou-a, em 1990, Carlos Batata; Luís Fernandes praticamente transcreve, sem modificações de monta, o que então se logrou ver (art. cit., pp. 43-44), dado que apenas subsiste, porventura, cerca de metade da largura da epígrafe. Terá sido um cipo imponente (a altura actual é de 90 cm), estendendo-se o texto, possivelmente, por 11 linhas,⁶ dentro de um campo epigráfico limitado por moldura de dois rincões singelos, de que nos resta parte (Fig. 8).



A leitura interpretada que se apontou foi a seguinte:

D(is) · [M(anibus) · S(acrum)] / C(aii) · A[TTI?]/I ·
AT[TIANII?] / AN(norum) [...] / ⁵HE[LVIA?] / AV[ITA?]
/ VX[OR] / EN[...] / IA[...] / ¹⁰D[...]

Fig. 8 - Inscrição nº 3. Fotografia de Carlos Batata.

⁶ O espaço entre a l. 1, onde está a consagração aos deuses Manes e a que foi considerada a l. 2 é demasiado em relação aos espaços entre as outras linhas; por isso, afigura-se plausível a existência de uma outra linha aí, atendendo, inclusive, ao facto de a paginação ter sido cuidada e os caracteres (actuários e não monumentais quadrados, como se escreveu) delineados com gosto.

Hipóteses, portanto, sendo verosímil que venha indicada a idade do defunto e que a dedicante tenha sido a esposa (a reconstrução *uxor* não padece dúvida), cabendo ainda a eventualidade de as letras EN da antepenúltima linha pertencerem a um vocábulo como *pientissimo*. É sedutor pensar na reconstrução *Helvia Avita*; contudo, nada pode garantir-se.

Pelas suas características formais (tipologia, dimensões, os aspectos do formulário de que nos é possível apercebermo-nos...) e atendendo à paleografia, dataríamos o monumento da 2ª metade do século II d. C. Ora, esta hipótese vem corroborar o que se presume, tendo em conta a geografia do sítio e o facto de a epígrafe nº 2 ser atribuível mesmo aos começos da ocupação romana: a longa permanência dos Romanos aí, na sequência, aliás, da ocupação anterior bem documentada.

Anote-se que Carlos Batata voltou a debruçar-se sobre este monumento, conforme Luís Fernandes assinalou (p. 43)⁷.

4 – *Andamus: um militar?* (Fig. 9)⁸

Quando se limpou a parede norte da capela, descobriu-se que também ali fora incrustado um monumento epigrafado, que uma camada de cal até então encobriria. Estudou-a Carlos Batata (1990), que a identificou como «estela funerária de calcário» «praticamente intacta, embora tenha sido desbastada na parte superior, formando um arredondado»; acrescenta que «apresenta campo epigráfico moldurado, sendo a moldura estreita e um pouco grosseira». É do tipo rincão singelo, acrescentamos nós, e está visível quer na parte inferior

⁷ Na bibliografia de L. Fernandes, houve uma gralha, aqui e na epígrafe seguinte: deve ler-se HEp 4 (e não 3).

⁸ Foto de António Ventura.

do monumento quer em ambos os lados a partir da l. 3, aspecto que deverá ser tido em consideração na análise do começo e do fim das linhas; desapareceu na parte superior.

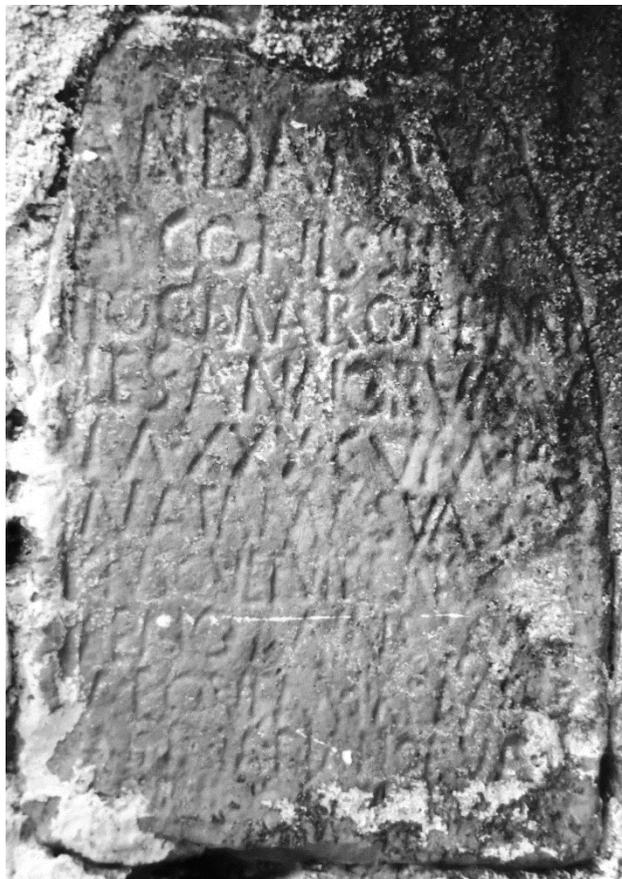


Fig. 9 - Inscrição nº 4. Fotografia de António Ventura.

Esses dados – que passaram para HEp 4 1994 nº 1082 – serão repetidos por L. Fernandes (1997, p. 44-45), que segue a leitura de Batata até à l. 6, optando, de seguida, pelas sugestões de leitura dadas, ainda que em termos dubitativos, pelo editor de AE 1990 490: «O estado actual da inscrição», salienta, «não permite, de momento, uma leitura completa do texto do epitáfio, nomeadamente desde o final da linha 5 à linha 10, sendo possível que este mencione vários defuntos».

A sua versão é, pois, a seguinte:

ANDAMV[S] / ARCONIS · SITVS / HOC · MAR<M>OREM H(ic)
S(epultus?) · ANNORVM V (quinque) / ⁵ M(ensium) · XXX (triginta) CVM
· [IG?]NATA · MA(tre) · SVA [...] / QVO VIVIT M[...] / ET [?]
NOMIN[...] / NOVEMBREM [...] / ¹⁰ N[---] ANORV[M] [?]

A propósito da fórmula *situs hoc marmorem*, «rara em território peninsular»,⁹ sugere que poderia revelar «vontade de assimilar a cultura latina», o que, no entanto, estaria contrariado pelo «fraco conhecimento do latim» por parte do lapicida, denunciado pelo desrespeito das regras «na utilização desta expressão, juntamente com erros e incongruências patentes ao longo do texto» (p. 44).¹⁰ Note-se que, na tradução, Luís Fernandes considera, devido exactamente a essas incongruências, que se deve interpretar a idade como sendo «de trinta anos e cinco meses».

Compreende-se, assim, que, dada a dificuldade provocada pelo mau estado da superfície epigrafada, várias tenham sido as tentativas de interpretação das linhas danificadas, até porque as letras que subsistiram apontavam para uma terminologia fora do comum.

⁹ Refere apenas CIL II 2367, de Capilla (Badajoz), na nota 9. A referência ILER: 256-375 não deve ser tida em conta, pois se trata de uma gralha. A sua fonte de informação foi a nota 32 da comunicação apresentada por Maurício Pastor Muñoz e Juan Antonio Pachón Romero ao II Congresso Peninsular de História Antiga (*Actas*, Coimbra, 1993, p. 605). De facto, a versão que corria era que, no final dessa epígrafe, estaria a frase *hoc marmore uxoris opera inclusus*, «neste mármore se depositou por obra da esposa». Stylow, porém, ao proceder à revisão da epígrafe para CIL II²/7, sob o n.º 855, não hesitou em considerar que a mencionada frase se devera a uma interpolação: «Exemplum a Morales prolatum manifesto est interpolatum».

¹⁰ Confirma-se: constitui, na verdade, uma expressão rara, mesmo no contexto actual dos nossos conhecimentos, pois que a base de dados EDCS só apresenta dois casos, para além deste na versão que se dará de seguida: [...] Albinus C(iterioris) Hispaniae) proc(onsul) hoc marmore textit (CIL II 360), num texto poético; e, já em âmbito cristão, o elogio de Arsacius: *Inlustris meriti recubat hoc marmore tectus*, «De ilustre mérito, descansa, coberto por este mármore» (EDCS-23702027). Os autores de 1999 citam (p. 109, nota 6) CIL VI 28 866 como testemunho do uso da palavra *marmor* como sinónimo de *tabula sepulchralis*; mas tal referência não corresponde a esse número.

Desta sorte, Helena Gimeno, Bénédicte Martineau e Armín U. Stylow partiram para uma revisão minuciosa do texto (1999), concluindo, por exemplo, que estamos perante o epitáfio de um soldado lusitano que terá, portanto, servido nas tropas auxiliares da época júlio-cláudia. Essa nova versão é seguida em HEpOL nº 22 792:

*Andamu[s] / Arconis situs / hoc mar(m)ore mi/les
annorum{u}/{m} XXX cum / bona fama sua sa[n]/ctusque fuit MIS[- -
/ - -]E nomine A[- - -] / aeque (...)*

Coincide praticamente com o que se lê em EDCS-14700014, onde apenas se acrescenta, no final, *aeque merenti [3]/ntina pia norus*.

Essa erudita revisão será transcrita em AE 1999 863, cujo editor, porém, observa que a menção dos 30 anos será, de preferência, não referida à idade, mas sim aos anos de serviço do militar, pois não é verosímil que, aos 30 anos, soldado já tenha nora (*nurus*).

Levando em linha de conta a dificuldade que o lapicida sentiu para compreender a minuta, certamente por não estar muito afeito a esse tipo de epígrafes, aí também se chama a atenção para a insólita forma de indicar assim os anos de serviço («Ce serait un cas unique d'indication du service par *annorum* au lieu d'*aerum* ou *stipendiorum*»), o que leva a propor que, não tendo o lapicida entendido, haja aí vestígio do que teria sido a indicação da idade: «Il semble préférable de penser que la dittographie VM appartenait à la mention de l'âge, mal retranscrite ou mal comprise par le lapicide».

Permita-se-nos, perante o que atrás fica dito, que reexaminemos a boa fotografia da epígrafe de que dispomos.

Na l. 1, com caracteres em módulo maior que os das demais linhas (aliás, nota-se uma diminuição do módulo à medida que se caminha para o fim, tendo o *ordinator* compreendido que lhe iria faltar espaço para texto tão longo...), o antropónimo *Andamus* não oferece

dúvida, até porque o S final não carece reconstituição, pois é parcialmente perceptível.

Lê-se bem a l. 2.

Na l. 3, o H inicial está apertado e mal se distingue o seu travessão. Em MAROREM, todos concordam ter havido esquecimento do lapicida, que se distraiu ao ler a minuta: falta o M. Depois não há, parece-nos, I: o facto de ali estar o debrum da moldura induziu em erro.

Na l. 4, lemos HES · ANNORVM, sem mais letras a seguir (o M é bastante largo e quase toca no atrás referido debrum). Interpretamos H(*ic*) E(*st*) S(*itus*), fórmula que seria desnecessária atendendo a que já antes se referira SITVS por extenso. Não é, porém, de estranhar, atendendo a que o lapicida, mais uma vez, hesitou em seguir o que era seu hábito (a fórmula em siglas) e o que saía da normalidade (SITVS). Essa normalidade terá querido repor: ‘Andamo repousa sob este mármore e viveu 30 anos’...

Na l. 5, é consensual estarmos perante uma repetição escusada do M final de ANNORVM. Era, de facto, estranho que se tratasse da indicação M(*ensium*), por mais analfabeto que fosse o lapicida. Analfabeto seria; contudo, tecnicamente bom executante, na medida em que as letras detêm grande regularidade na sua dimensão e somos até levados a pensar na pré-existência de linhas auxiliares; o O, por exemplo, apresenta-se regularmente circular e o R feito a partir do P, o V simétrico, assim como o X; pontos redondos, bem colocados. Paleograficamente e também por o defunto vir identificado à maneira indígena (inclusive sem *filius*), é, pois, monumento datável da 1ª metade do século I da nossa era.

Voltemos à análise da l. 5 do texto. A ler-se BONA após CVM, haverá que estar BO no final da linha e não na linha seguinte (como em 1999 se indicou, certamente por lapso), linha que começa

claramente por NA; o B reconstitui-se bem, o O deverá estar em módulo menor. FAMA não oferece dúvidas, com o F de travessões curtos, para poupar espaço.

A expressão *bona fama*, designadamente pela inusitada (e escusada) presença do possessivo SVA, faz com que o epitáfio assuma, a partir daqui, o carácter de *elogium*, uma vez que é rara na epigrafia romana: em EDCS são 5 os casos referidos (este incluído) – EDCS 4800119, de *Tibur*; CIL VIII 2005, de *Tebessa* (grande elogio a uma mulher); de *C. Numitorius Asclepiades* se diz que gozou de *fama bona* (CIL VI 23 137); e há a conhecida *Laudatio Murdiae*, de Roma (CIL VI 10 230). *Bona fama* considera-se sinónimo de «bom carácter» e, nesse sentido de reputação pessoal, apenas a encontramos, entre os escritores latinos, referida em Cícero (*Pro Sestio*, 139, 1): «Qui autem bonam famam bonorum quae sola vere gloria nominari potest expetunt aliis otium quaerere debent et voluptates non sibi», «Aqueles que, ao invés, aspiram a ter a boa fama dos bons – a única que, na verdade, pode chamar-se glória – devem proporcionar a outros, e não a si, o ócio e as volúpias».¹¹

Na l. 6, após SVA, a superfície está por completo esboroadada, a não permitir qualquer leitura; afigura-se-nos, porém, que não haverá espaço para as três letras – SAN – da leitura proposta em 1999, ainda que, no começo da l. 7, se leia CIVS, que pode ser CTVS, tendo o T um travessão mínimo.¹² De seguida, nessa l. 7, aceita-se a leitura do QVE

¹¹ Ainda que em aparte, diga-se que foi editada em Basileia, no ano de 1727, a obra de Daniel Ryhinerus que tem por título *Philosophica Disquisitio de Bona Fama*.

¹² A proposta *sanctus* seria aliciante; contudo, é palavra que aparece mais como antropónimo e, de preferência, em ambiente cristão. Na nota 7 (p. 109) do estudo de 1999, cita-se por lapso CIL VI 812 como atestando o uso da palavra; o citado CIL VI 14978 está correcto porque será, eventualmente, o único testemunho da expressão *homo sanctus*, aqui aplicado a um liberto imperial, *Tib. Claudius Coeranus*.

positivo (o Q de módulo mais pequeno e com a perna breve e levemente oblíqua) e de FVIT MIS[...], sendo, de novo, o M muito largo.

Na l. 8, antes do E há espaço para uma letra; NOMINE seguido de GA aceita-se, assim como AEQVE MERENT[I] na l. 9 e, na última linha, NTINA · PIA NORVS.

Teríamos, por conseguinte:

ANDAMVS / ARCONIS · SITVS / HOC · MAR<M>OREM / H(ic)
E(st) S(itus) · ANNORVM / ⁵ {M} · XXX (triginta) · CVM · [BO]/NA ·
FAMA · SVA [...?] / CIVSQVE [?] FVIT MIS[...?] / [...]E [?] NOMINE
GA[...] / AEQVE MERENT[I] / ¹⁰ NTINA[?] · PIA NORVS.

Ou seja, explicitando:

Andamo, filho de Arcão, viveu 30 anos e foi sepultado numa tumba de mármore, se entendermos a palavra «mármore» em sentido concreto; pode, todavia, considerar-se que estamos perante uma sinédoque e se menciona o material em vez do objecto. Terá gozado de boa fama e poderá, até, no seu elogio aludir-se à sua bondade, através do adjectivo *sanctus*. As linhas seguintes referirão seguramente mais alguns dos seus méritos e identificar-se-á a dedicante, que é mencionada como *pia norus*, «nora piedosa», expressão que também encontramos em CIL VIII 835, da *Africa Proconsularis*: *Suillia Firmina nurus pia. Norus* está por *nurus*. Não é raro as noras – associadas, ou não, aos maridos – mandarem lavar os epitáfios dos sogros; é o caso de uma epígrafe de Oued Guechtane na Numídia (AE 1951 222), em que o veterano *Caius Iulius Hispanus* foi homenageado pela nora: *Ponponia [sic] Gemellina nurus fecit*. No caso presente, de S. Pedro do Castro, não será também despiciendo pensar que a inscrição terminaria com o F de *fecit* ou, se espaço houvera, *f(aciendum) c(uravit)*. A objecção posta pelo editor de AE 1999 863, atrás referida, de que, aos 30 anos, se não tem nora, pode solucionar-

se admitindo que o epitáfio não foi mandado fazer logo após a morte de *Andamus*, mas anos depois.

Importa, conseqüentemente, reflectir de novo sobre o elevado significado cultural deste monumento epigrafado. Não nos parece que deva referir-se a um militar; será, contudo, um indígena cuja família soube conjugar o estatuto económico de que certamente usufruía com o cunho muito próprio, de singular pendor literário, que almejou dispensar ao seu ente querido através de um epitáfio aureolado de erudição. Pena que o lapicida não tenha logrado suprir, com o seu saber e experiência, o que, porventura, estava menos bem na minuta que lhe entregaram. Damo-nos conta de que estamos a lançar o ónus dos gramaticais deslizes sobre os ombros do artesão – e, se calhar, nem todas as culpas terão sido dele. Certo é que a mensagem, com mais ou menos erros, passou. Fala-se em *marmor*, em *bona fama* – e esquece-se facilmente que apenas se chama *Andamus*, um nome vulgar, e que, para melhor identificação, apenas há que mencionar o nome do pai, *Arco*, também de ressonâncias pré-romanas, autóctones.

Foi *Andamus* um indígena que, mau grado ter falecido com apenas 30 anos, isto é, no princípio da idade madura e da experiência vivida, logrou que desta forma elegante (apesar de tudo!...) continuasse a ser recordado séculos afora!...

5 - Fragmento de epitáfio (Fig. 10)

Em FE 58, 1998, nº 268, se dá conta da identificação, após terem sido efectuadas obras no interior da capela, de mais uma epígrafe romana, que é apresentada como estela mas também poderá ser uma placa de campo epigráfico moldurado, de que apenas temos a parte final. De calcário, está reutilizada no chão, «à direita do altar-mor, sob um móvel que se encontra embutido entre o altar e a parede

do templo». Acrescentam os autores da ficha que apenas subsiste a parte inferior e que «certamente devido à constante deambulação no local» antes da colocação do móvel, «a superfície sofreu um grande desgaste».

Seria o epitáfio de uma mulher, da iniciativa, presumivelmente, de vários familiares, uma vez que pode reconstituir-se, no final, a forma *posuerunt*, «colocaram».

Embora de época posterior – como a paleografia e o uso do superlativo *pientissima* sugerem, o século II – verifique-se que há semelhanças com o monumento de *Andamus*: uma estela geometricamente trabalhada, estando a epígrafe na face anterior enquadrada por moldura de rincão singelo exteriormente limitada por ranhura.

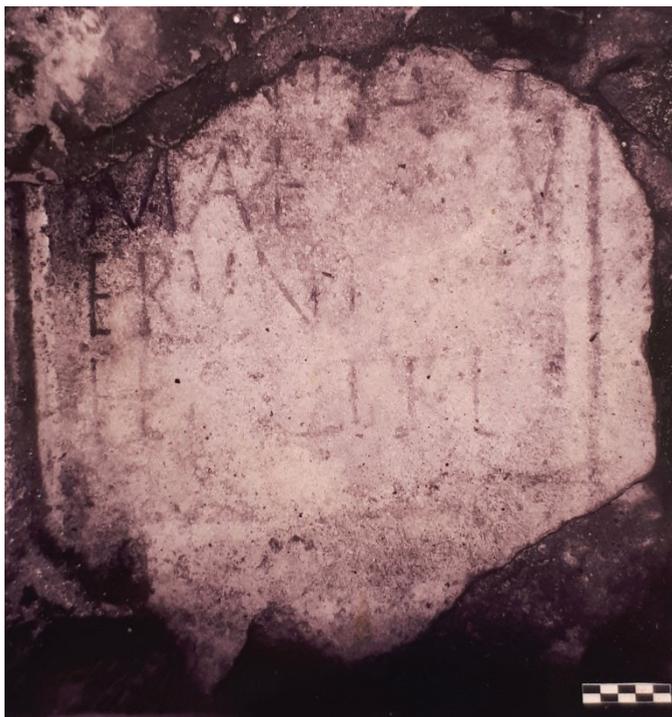


Fig. 10 - Inscrição nº 5. Fotografia de Carlos Batata.

6 – A epígrafe de Dornes

Creemos não ser despropositado, por estar no mesmo horizonte geográfico e cultural, referirmo-nos também ao cipo funerário de calcário que foi retirado da – igualmente venerável e bem sintomático local de peregrinação – igreja de Nossa Senhora do Pranto, na vizinha Dornes, aquando das obras de restauro ali efectuadas em 1964.

O facto de não ter sido devidamente salvaguardada e a terem deixado ao ar livre junto à famosa Torre Pentagonal fez com que não haja passado despercebida aos que, visitando o local, se deram conta de que, para além da estranha forma que o reaproveitamento medieval lhe dera, havia vestígios de uma inscrição romana, embora meio oculta pelos abundantes líquenes que, entretanto, a foram cobrindo. Por exemplo, temos fotos, datadas de 1988, remetidas pelo Padre Luciano (de Fátima); as figuras 11 e 12, por seu turno, foram tiradas por Rodrigo Banha da Silva, a 29 de Julho de 1991; o decalque com papel mata-borrão (fig. 13) foi executado por Maria Amélia Casanova e Maria Manuela Canas, em Junho de 1989, como trabalho escolar, mostrando a Fig. 14, que então fizeram, o estado em que a superfície epigrafada já então se encontrava. O estudo viria a ser publicado em 1993 (FE 202).

Cipo paralelepipedico, de campo epigráfico na face frontal. Caracteres actuários, paginação alinhada à esquerda. O epitáfio de *Bovius*, filho de *Bovianus*, de 30 anos, feito por sua mãe, Máxima.

Uma antroponímia latina, frequente, no entanto, em ambientes recém-romanizados. Monumento datável da 1ª metade do século I d. C.¹³

¹³ Bibliografia: AE 1993 880; HEP 5, 1995, 1046; Fernandes 1997, 45-46; AE 1999 861.



Fig. 11 - Inscrição de Dornes. Fotografia de Rodrigo Banha da Silva.



Fig. 12 - Monumento de Dornes. Fotografia de Rodrigo Banha da Silva.



Fig. 14 - Decalque da inscrição de Dornes. Fotografia de Maria Amélia Casanova.



Fig. 13 - Inscrição de Dornes. Fotografia de Maria Amélia Casanova.

7 - Uma panorâmica sugestiva

O interesse histórico-cultural de S. Pedro do Castro não passara despercebido a Matos Sequeira quando, em 1949, publicou o *Inventário Artístico do Distrito de Santarém* (vol. III, p. 37):

«Pequeno templo com frontaria de bico onde se abre um portal gótico simples».

Refere-se de imediato às duas inscrições então conhecidas e conclui:

«A antiguidade dessa ermida, que a lenda diz ter sido construída com materiais de um castelo do tempo dos Godos, revela-se não só por estas inscrições, mas pela construção embora singela e pela localização marcando talvez o assento de um antigo castro. O nome está mesmo a indicá-lo. O material do templo (calcário) não é do local, nem mesmo da região.

A imagem que está no altar-mor é uma escultura de pedra de S. Pedro quinhentista pintada posteriormente.

Numa dependência que serve de arribana está um capitel romano, fazendo de base a um prumo que sustenta a trave do telhado».

Lugar de romagem já assinalado nas *Memórias Paroquiais*, tendo a sua fundação envolta em lendas e mistérios, como é natural, a Capela de S. Pedro do Castro mantém, pois, como se viu, especial carisma – e daí ter sido ocupada desde a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. As inscrições de que demos conta – e não nos admiraria se igualmente a que foi para a igreja da Senhora do Pranto daí pudesse ter saído... – apontam para uma população que depressa aderiu aos cânones romanos quer na onomástica quer na tipologia dos monumentos.

Assinala, de resto, Luís Fernandes que «a prosperidade dos indivíduos registados nos epitáfios analisados deverá estar relacionada com a indústria mineira da região e, muito provavelmente, com o controle do transporte fluvial de metais», o que a presença de um *Avillius* reforça (pp. 46-47); e escreve em conclusão:

«A epigrafia romana do concelho de Ferreira do Zêzere “falamos” de uma população indígena, aberta à influência da cultura latina, que soube mesclar-se com elementos dinâmicos de outras

regiões da Hispânia e utilizar de modo eficaz o ambiente belo mas agreste das margens do Zêzere, durante o Alto Império».

Assim é, na verdade.

Um outro aspecto nos apraz sublinhar: a presença da mulher. Num mundo em que, teoricamente, os homens detinham o poder e as decisões, verificamos, na epígrafe nº 1, que é uma mulher a homenageada pela mãe e pelo marido; na nº 3, é a mulher que trata da sepultura do marido; na nº 4, verosimilmente uma *pia norus*, uma nora piedosa, cuida do requintado letreiro apostado na campa do sogro; na nº 5, é uma mulher homenageada por familiares; na nº 6, é a mãe que faz perpetuar a memória do filho. Somente na epígrafe nº 2, o elemento feminino está ausente, quiçá por não ter suportado a dor pela perda do filhote de dois aninhos. Dir-se-á que não é amostragem significativa, uma vez que, em termos absolutos, não dispomos de dados para toda a população. Claro que nunca chegaremos a tê-los; mas que, num universo de seis epígrafes funerárias circunscritas a um território preciso, esta quase omnipresença da mulher deva ser tida em consideração não se nos afigura despiendo.

Fica, por outro lado, reforçado o interesse patrimonial do sítio: um património arqueológico, arquitectónico e de teor espiritual.

Não se veria, conseqüentemente, com maus olhos que, com os cuidados que tal acção requer, se pensasse em substituir por réplicas as pedras que integram a construção, de forma a resguardá-las em lugar próprio e, desta sorte, também se possibilitar a resolução das dúvidas de leitura e de interpretação que os textos nos apresentam. Urgente se afigura resguardar o monumento epigráfico deixado às intempéries em Dornes.

Apesar de não compreenderem exactamente o que é que esses letreiros diziam, os construtores tiveram o cuidado de os deixar à mostra, não fosse haver ali algum esconjuro a merecer maior respeito,

José d'Encarnação

não despertassem almas penadas por lhes não se ter salvaguardado a mensagem que haviam querido deixar.

E assim se fez.

Para sossego dos construtores e das almas.

Para gáudio dos historiadores da Antiguidade!

Bibliografia

- AE = *L'Année Epigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o nº da inscrição].
- ALARCÃO (J. de), *Roman Portugal*, Warminster, 1988.
- Atlas = NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) – Bordéus (Ausonius Éditions), 2003.
- BATATA (Carlos), «Fragmento de inscrição funerária de Ferreira do Zêzere», *Ficheiro Epigráfico* 35, 1990, nº 161.
- BATATA (Carlos), «Um epitáfio de S. Pedro do Castro (Ferreira do Zêzere)», *Ficheiro Epigráfico* 36, 1990, nº 164.
- BATATA (Carlos), CANAS (Manuela), CASANOVA (Amélia) e GASPAS (Filomena), «Inscrição funerária de Dornes (Ferreira do Zêzere)», *Ficheiro Epigráfico* 45, 1993, nº 202.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim, 1869.
- CIL II²/7 = STYLOW (Armin U.) [org.], *Corpus Inscriptionum Latinarum – Conventus Cordubensis*, Academia das Ciências de Berlim, 1995.
- EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby, acessível em: <http://www.manfredclauss.de/gb/>
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Placa funerária do Redondo», *Ficheiro Epigráfico* 25, 1988, nº 117.
- FE = *Ficheiro Epigráfico*. Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra.
- FERNANDES (Luís da Silva), «A população romana de Ferreira do Zêzere», *Munda* 34 (Novembro 1997), p. 37-48. [= AE 1999 861].
- GIMENO (Helena) e STYLOW (Armín U.), «*Anaclea epigraphica hispanica*: manuscritos, calcos, dibujos, duplicaciones», *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* 3, 1999, p. 85-112. [= AE 1999 822].
- GIMENO (Helena), MARTINEAU (Bénédicte) e STYLOW (Armín U.), «Révision de *Ficheiro Epigráfico* 36, 1990, nº 164: un miles à Sellium», *Conimbriga* 38, 1999, p.b 105-111. [= AE 1999 863].
- HEp = *Hispania Epigraphica*, Universidad Complutense de Madrid. Indica-se o número, a data da publicação e o número da inscrição. Existe a versão *on line* HEpOL: <http://eda-bea.es/>
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965.
- NOBRE (Cláudia Chambel), MENDES (Eduardo), FERNANDES (Luís da Silva), ARSÉNIO (Paulo), «Estela funerária de S. Pedro do Castro, Ferreira do Zêzere (*Conventus Scallabitanus*)», *Ficheiro Epigráfico* 58, 1998, nº 268.
- PASTOR MUÑOZ (Maurício) e PACHÓN ROMERO (Juan Antonio), «*Mirobriga Turdulorum*: síntesis histórico-arqueológica», *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas*, Coimbra, 1993, p. 596-621.
- RE = Pauly-Wissowa, *The Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Berlim, 1893-1980.
- SEQUEIRA (Gustavo de Matos), *Inventário Artístico do Distrito de Santarém*, vol. III, Lisboa, 1949.